

PREFEITO VILMAR MARIANO PRESTA CONTAS E É SABATINADO

Entretanto, o Prefeito Vilmar relatou que 16 milhões já foram investidos. Assim, o líder do legislativo questionou onde será colocado o restante do valor. André Rosa explicou que as obras citadas não tratavam de um rol taxativo e falou que pedirá ao Secretário de Educação que envie a relação completa das obras.

ASFALTO SÓ NO PLANO?

Sobre pavimentação asfáltica, André Fortaleza relatou um problema de vários bairros da cidade, que recebem asfalto apenas nas regiões mais planas. Ele questionou se no plano de asfaltar toda a cidade esse problema persistirá.

VAI ACABAR A BUROCRACIA?

O Secretário da Fazenda havia dito que a Gestão Municipal tem como meta instaurar um sistema na cidade que informatize todos os processos, acabando com o uso de papel. Sobre isso, André Fortaleza questionou se isso diminuirá a burocracia, principalmente para o pequeno empresário. Segundo o Presidente, a dificuldade enfrentada pelos pequenos empresários até para conseguir um simples alvará tem dificultado muito o desenvolvimento das atividades empresariais na cidade.

ESTACIONAMENTO DEBAIXO DA ALTA TENSÃO?

Retomando o assunto das obras, o Presidente André comentou sobre reclamações a respeito da construção de um estacionamento em baixo de fios de alta tensão, na região central, o que seria uma área de servidão, que estaria irregular. André Fortaleza apresentou o projeto da obra e afirmou que o mesmo se encontra sem várias informações básicas. Assim, ele questionou o Prefeito como ele avalia essa situação de irregularidade e que poderia colocar a população em risco. Vil-

mar Mariano respondeu que a obra já está concluída e em funcionamento e afirmou que ele não tem conhecimento sobre alguma irregularidade.

NUNCA FUI ATENDIDO

De tal forma, André afirmou que solicitará das pastas responsáveis as licenças para construção da obra, pois segundo as informações obtidas pelo Presidente a construção está, sim, irregular. André ainda complementou que havia solicitado um estacionamento do mesmo estilo para a Câmara Municipal e nunca foi atendido. Sobre pedido de adequação do estacionamento, o Prefeito Vilmar afirmou que só o fará se for por meio de ação judicial.

R\$ 800 MIL A MAIS?

Em seguida, o Presidente André Fortaleza indagou como a prefeitura gastará cerca de 800 mil reais a mais com o natal, em relação ao ano anterior. O líder do legislativo questiona se esse aumento não seria “descabido”. Vilmar Mariano respondeu que tem uma equipe responsável pela licitação, a qual ele confia, e pontuou que qualquer informação técnica pode ser solicitada a eles.

ANO QUE VEM ESTÁ RESOLVIDO

Sobre o montante empenhado para as feiras, André Fortaleza cobrou que todas sejam tratadas com equidade. Sobre esse tema, Vilmar Mariano garantiu que, a partir de janeiro, problemas recorrentes nas feiras, como em relação aos banheiros, estarão resolvidos.

R\$ 8 MIL POR VIATURA E AINDA SUCATEADA?

Um problema antigo referente a da Guarda Civil também foi abordado pelo Presidente. Segundo André o atual contrato já passou por

quatro aditivos, estipulando um valor de 8 mil por viatura, e ainda assim a frota está sucateada. André Fortaleza pontuou que a empresa responsável pela terceirização da frota deveria cumprir o contrato e realizar essa substituição.

10 MIL M2 DE GRAÇA PARA EMPRESÁRIO MILIONÁRIO?

Em relação a uma área de 10 mil metros, na qual foi assinada um termo de cessão de uso de posse, André Fortaleza perguntou ao Prefeito se esse benefício também alcançará os pequenos e médios empresários. Também argumentou quais serão as contrapartidas do empresário beneficiado. Vilmar Mariano respondeu que a ação foi comum nas gestões anteriores e que geram empregos e rendas para o município. André esclareceu que sua intenção é que o pequeno empresário que faz muito pela cidade também seja valorizado. Fortaleza pontuou que é a favor de doações de áreas que trarão retorno para a cidade, com empregos e rendas, porém, destacou que discorda da forma de como tem sido feita, sem critérios claros.

GILSÃO APERTOU O PLAY

Já o vereador Gilsão Meu Povo fez três pedidos ao Prefeito: que crie um polo para o pequeno e médio empresário, uma maternidade digna que atenda toda a cidade e, por fim, que ache uma solução para estacionamentos na região do HMAP.

MUTIRÃO PARA O VEIGA

Já o vereador José Filho perguntou ao Prefeito qual será o investimento em 2023 para a região do Veiga Jardim 2, Veiga Jardim 3 e Veiga Jardim 4, Porto das Pedras, dentre outras. Vilmar disse que o povo da região está sendo bem atendido e contou que já cobrou do Secretário de Desenvolvimento Urbano que faça um mutirão ali.

Prefeitura de Aparecida suspeita de envolvimento nos 300 milhões pagos em licitações com fraudes, segundo MP

OPERAÇÃO | O Ministério Público de Goiás realizou, na última quarta-feira (07), a segunda fase da Operação “Limpeza Geral”, que teve como objetivo investigar uma organização criminosa envolvida em fraudes a licitações, desvios de recursos públicos, lavagem de dinheiro, dentre outros crimes, ocorridos em dezenas de municípios de Goiás. São 16 cidades de Goiás e Tocantins. Entre elas as

capitais dos dois estados. Também foram alvos de mandados de busca e apreensão os municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis, Nerópolis, Leopoldo de Bulhões, Campo Limpo de Goiás, Silvânia, Pirenópolis, Luziânia, Iporá, Rubiataba, Araguapaz, Uruaçu, Campos Verdes e Crixás. Em muitas destas cidades os servidores foram impedidos de entrar nas sedes das prefeituras. O objetivo

da ação foi cumprir 22 mandados de prisão preventiva e 50 mandados de

busca e apreensão para simular concorrências em licitações. Até agora, foram identifica-



dos indícios de fraude em pelo menos 34 municípios goianos. Há suspeita de envolvimento de agentes públicos, que forjavam a contra-

tação direta (sem licitação) das empresas para viabilizar desvios de recursos públicos. Entre os serviços usados para o crime a locação de equipamentos e estruturas para shows e eventos e contratação de cantores sertanejos, fornecimento de mão de obra, serviços de limpeza, locação de veículos, e até materiais higiênicos e hospitalares destinados ao combate da Covid-19. O esquema teria

movimentado, entre 2015 e 2022, mais de R\$ 300 milhões em empenhos pagos por municípios do Estado. A ação recebeu apoio da Polícia Militar, da Polícia Penal e do Corpo de Bombeiros. A juíza titular da Vara Especializada, Placidina Pires, determinou também o sequestro e bloqueio de bens no valor de mais de R\$172 milhões em relação a 26 investigados e 21 empresas.